

## **COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAINDR**

REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_ DE 2007  
(Da Senhora Rebecca Garcia)

**Requer realização de Audiência  
Pública nessa Comissão para  
discutir a política de produção  
agrícola e florestal do Amazonas**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública com a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Secretário de Estado da Produção Rural do Estado do Amazonas (Sepror) , Sr. Eron Bezerra e do presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), Sr. Neliton Marques da Silva, para avaliar e discutir a política de produção agrícola e florestal do Amazonas.

### **JUSTIFICATIVA**

Nos últimos vinte anos, a região amazônica brasileira vem sendo foco de um debate científico, político e ideológico extenso, diversificado e polarizado a respeito das relações entre a sua ocupação humana e os seus componentes biofísicos, ou seja, entre sociedade e natureza.

O desmatamento e a queimada fazem parte do processo de conquista do território, principalmente a partir da década de 70. A posse da terra era garantida com o desmatamento, mas a partir dos anos 80, a compra de terras surgiu como caráter fortemente especulativo. Buscar créditos, subsídios, e a própria valorização da terra através dos projetos de pecuária.

Nesse ínterim, o desenvolvimento da extensão rural e o fomento à pesquisa, tornaram-se ferramentas preponderantes para assegurar segurança econômica ao agricultor e ao silvicultor amazonense. Dessa forma, é necessário ao governo assumir o controle efetivo da situação fundiária, criando um cadastro nacional das terras e regularizando a situação das propriedades legais a fim de reduzir a grilagem.

Reducir o desmatamento legal, através não só do manejo florestal e de políticas legais como o código florestal, mas também criando condições para que o produtor possa ter sua condição de trabalho assegurada, técnica e economicamente. Criar novos modelos de financiamento, reequipar a estrutura de gestão estatal agrícola-florestal instalada e aproximar as políticas de Estado ao cidadão.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2007

**REBECCA GARCIA**  
(Deputada Federal – PP/AM)